



# DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

## MUNICÍPIO DE NARANDIBA – SP

Avenida Marechal Rondon 491 – Centro

Criado a partir da Lei Nº 1555, de 08 de novembro de 2019

**Segunda-feira, 10 de novembro de 2025**

**ANO IV – Edição 879**

Documento assinado digitalmente em conformidade com a MP nº 2.200-2, de 2001

### SUMÁRIO:

- Licitação..... 2
- Atos Oficiais..... 8

### EXPEDIENTE

O Diário Oficial do Município de Narandiba, veiculado na forma eletrônica, é uma publicação das entidades da Administração Direta e Indireta deste Município, sendo referidas entidades inteiramente responsáveis pelo conteúdo aqui publicado.

### ACERVO

As edições do Diário Oficial Eletrônico de Narandiba poderão ser consultadas através da internet, por meio do seguinte endereço [eletronicowww.donarandiba.com.br](http://www.donarandiba.com.br) para realizar outras consultas sobre as publicações utilize a busca através dos filtros de pesquisa

### ENTIDADES

Prefeitura Municipal de Narandiba – SP  
CNPJ: 44.857.027/0001-70  
Av: Vereador Laudelino Ferreira, 540 – Centro  
CEP: 19.220-000



# DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

## MUNICÍPIO DE NARANDIBA – SP

Avenida Marechal Rondon 491 – Centro

Criado a partir da Lei Nº 1555, de 08 de novembro de 2019

**Segunda-feira, 10 de novembro de 2025**

**ANO IV – Edição 879**

Documento assinado digitalmente em conformidade com a MP nº 2.200-2, de 2001

### EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

PROCESSO: 2351/2025 - DISPENSA: 2271/2025

Danillo Carvalho de Santos, prefeito municipal, no uso suas atribuições que lhe são conferidos por Lei, em cumprimento ao parágrafo único do art. 72 da Lei 14.133/2021, e considerando toda documentação que consta nos autos do PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2351/2025 DISPENSA 2271/2025, autorizo a contratação da empresa ROS TELECOM COMUNICACOES LTDA, inscrita no CNPJ nº 09.050.825/0001-95, para a FORNECIMENTO DE 3 LINKS DE INTERNET (FIBRA) COM NO MÍNIMO 100MEGAS COM IP FIXO PARA ATENDER AS CÂMERAS DE MONITORAMENTO NA “ESTRADA MUNICIPAL PREFEITO CARLOS ARRUDA GARMS”, pelo VALOR GLOBAL DE R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais), com fundamento no art. 75, inciso II da Lei Federal 14.133/2021.

Narandiba, 29 de outubro de 2025.

Danillo Carvalho dos Santos  
Prefeito Municipal

### EXTRATO DE CONTRATO CONTRATO Nº 094/2025

MODALIDADE: PROCESSO Nº 2351/2025 E  
DISPENSA Nº 2271/2025  
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE NARANDIBA  
CONTRATADO: ROS TELECOM  
COMUNICACOES LTDA  
OBJETO: FORNECIMENTO DE 3 LINKS DE  
INTERNET (FIBRA) COM NO MÍNIMO 100MEGAS  
COM IP FIXO PARA ATENDER AS CÂMERAS DE  
MONITORAMENTO NA “ESTRADA MUNICIPAL  
PREFEITO CARLOS ARRUDA GARMS”.  
VALOR GLOBAL: R\$ 18.000,00  
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES  
DATA DA ASSINATURA: 30/10/2025

### EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

PROCESSO: 2516/2025 - DISPENSA: 2434/2025

Danillo Carvalho de Santos, prefeito municipal, no uso suas atribuições que lhe são conferidos por Lei, em cumprimento ao parágrafo único do art. 72 da Lei 14.133/2021, e considerando toda documentação que consta nos autos do **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2516/2025, DISPENSA Nº 2434/2025**, autorizo a contratação da empresa LUK COMPANAY LTDA, inscrita sob o CNPJ nº 55.828.591/0001-81, para a **ELABORAÇÃO DO PROJETO ELÉTRICO, CONFECÇÃO, MONTAGEM, INSTALAÇÃO, LIGAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS ENFEITES NATALINOS DESTINADOS À ORNAMENTAÇÃO DAS VIAS, PRAÇAS E ESPAÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE NARANDIBA/SP**, pelo valor global de R\$ 117.000,00 (cento e dezessete mil reais), com fundamento no art. 75, inciso I da Lei Federal nº 14.133/2021.

Narandiba, 10 de novembro de 2025.

Danillo Carvalho dos Santos  
Prefeito Municipal

### EXTRATO DE CONTRATO CONTRATO Nº 093/2025

MODALIDADE: PROCESSO ADMINISTRATIVO  
Nº 2248/2025 - DISPENSA POR LIMITE Nº  
2170/2025  
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE NARANDIBA  
CONTRATADO: APARECIDO BEZERRA DE  
SOUZA CONSTRUCAO  
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE  
OBRA PARA A REVITALIZAÇÃO DAS PISCINAS  
PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE NARANDIBA-SP.  
VALOR GLOBAL: R\$ 20.000,00  
PRAZO DE VIGÊNCIA: 90 (NOVENTA) DIAS  
DATA DA ASSINATURA: 22/10/2025



# DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

## MUNICÍPIO DE NARANDIBA – SP

Avenida Marechal Rondon 491 – Centro

Criado a partir da Lei Nº 1555, de 08 de novembro de 2019

**Segunda-feira, 10 de novembro de 2025**

**ANO IV – Edição 879**

Documento assinado digitalmente em conformidade com a MP nº 2.200-2, de 2001

### EXTRATO DE ATA REGISTRO DE PREÇOS

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 078/2025

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 031/2025

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE NARANDIBA

CONTRATADO: ERIKIS DOMINGOS DE OLIVEIRA 33094997821

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE BICICLETAS E TRICICLOS ELÉTRICOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NARANDIBA.

ITEM	PRODUTO	ESPECIFICAÇÃO	QNT	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	BICICLETA ELETRICA	Bicicleta elétrica, potência mínima motor: 800 w, bateria elétrica recarregável: 4 baterias de 12V 15AH, totalizando 48 v, autonomia mínima de 25 km a 40 km por carga, velocidade máxima até 45 km/h, tempo de recarga: aproximadamente de 6 a 8 horas. Carregador bivolt, para tomadas comuns. Modo de pilotagem: por aceleração ou assistida. Níveis de velocidade: no mínimo 3. Quadro reforçado em aço ou alumínio de alta resistência. Sistema de freios: dianteiro e traseiro, a tambor ou a disco. Pneus: mínimo aro 18 ou equivalente, reforçados, próprios para uso urbano, assento: duplo, estofado para piloto e passageiro, farol dianteiro e lanterna traseira em LED. Indicador de carga da bateria e velocímetro (digital ou analógico), retrovisores: par lateral, conforme normas de trânsito, cesto dianteiro para transporte de pequenos volumes, suporte para celular. Suporte mínimo para 120 kg, descanso lateral em cavalete. Alarme com 2 controles, buzina e chave reserva. São dispensáveis CNH e	13	DUOS CONFORT	R\$ 4.925,00	R\$ 64.025,00



# DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

## MUNICÍPIO DE NARANDIBA – SP

Avenida Marechal Rondon 491 – Centro

Criado a partir da Lei Nº 1555, de 08 de novembro de 2019

Segunda-feira, 10 de novembro de 2025

ANO IV – Edição 879

Documento assinado digitalmente em conformidade com a MP nº 2.200-2, de 2001

		emplacamento, conforme legislação vigente. PRAZO DE GARANTIA: mínimo de 03 meses para baterias e peças. Na cor: azul. A empresa oferece Assistência Técnica num raio máximo de 100 km do município de Narandiba.				
2	TRICICLO ELÉTRICO	Triciclo elétrico, potência mínima motor; 800w, bateria recarregável e removível, Bateria 12V 15 AH, autonomia de 30 a 40 km por carga, carregador bivolt. Tempo de recarga entre 6 e 8 horas. Quadro reforçado em aço ou alumínio de alta resistência. Com 3 rodas, sendo duas traseiras para maior estabilidade. Pneus, aro compatível com o modelo, de uso urbano, resistente a impactos. Sistema de freios: dianteiro e traseiro a disco ou tambor. Capacidade de carga: mínimo 150 kg (usuário + bagagem). Assento ergonômico, para uma pessoa, com suporte traseiro ou baú porta-objetos. Iluminação: farol dianteiro e lanterna traseira em LED. Painel: velocímetro digital ou analógico e indicador de carga da bateria. Retrovisores: 2 unidades laterais, conforme normas de trânsito. Descanso lateral cavalete, baú traseiro para transporte de pequenos volumes. Com marcha ré, setas, buzina, alarme com sistema antifurto (trava as rodas ao disparar), chave reserva, acelerador de punho. Veículo silencioso, ecológico de fácil condução e que dispensa CNH e emplacamento. PRAZO DE GARANTIA: mínimo de 03	03	DUOS FOX	R\$ 8.925,00	R\$26.775,00



# DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

## MUNICÍPIO DE NARANDIBA – SP

Avenida Marechal Rondon 491 – Centro

Criado a partir da Lei Nº 1555, de 08 de novembro de 2019

**Segunda-feira, 10 de novembro de 2025**

**ANO IV – Edição 879**

Documento assinado digitalmente em conformidade com a MP nº 2.200-2, de 2001

		meses para baterias e peças. Na cor: azul; A empresa oferece Assistência Técnica num raio máximo de 100 km do município de Narandiba.				
<b>VALOR TOTAL</b>				<b>R\$ 90.800,00</b>		

VALOR TOTAL GLOBAL DA ATA - R\$ 90.800,00

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES

DATA DA ASSINATURA: 29/09/2025

---

### EXTRATO DE ATA REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 080/2025

MODALIDADE: PROCESSO 2114/2025 PREGÃO PRESENCIAL Nº 033/2025

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE NARANDIBA

CONTRATADO: DIOGO DOS SANTOS CAMARGO TERRAPLENAGENS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE MÁQUINAS, TIPO PÁ CARREGADEIRA E ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, DESTINADOS A ATENDER ÀS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE NARANDIBA, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, SOB REGIME DE HORA/MÁQUINA, CONFORME DEMANDA DO MUNICÍPIO.

ITEM	DESCRIPÇÃO	QUANTIDADE ESTIMADA	UNIDADE	VALOR DA HORA MÁQUINA	VALOR TOTAL
01	Locação de Pá Carregadeira de 13 toneladas, incluindo todos os custos (transporte, operador, combustível, manutenção preventiva e corretiva, encargos e seguros).	700	horas	R\$ 240,00	R\$ 168.000,00

VALOR TOTAL GLOBAL DA ATA - R\$ 168.000,00

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES

DATA DA ASSINATURA: 29/09/2025

---



# DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

## MUNICÍPIO DE NARANDIBA – SP

Avenida Marechal Rondon 491 – Centro

Criado a partir da Lei Nº 1555, de 08 de novembro de 2019

**Segunda-feira, 10 de novembro de 2025**

**ANO IV – Edição 879**

Documento assinado digitalmente em conformidade com a MP nº 2.200-2, de 2001

### EXTRATO DE ATA REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 081/2025

MODALIDADE: PROCESSO 2114/2025 PREGÃO PRESENCIAL Nº 033/2025

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE NARANDIBA

CONTRATADO: M&A CONCRETOS E ARGAMASSAS LTDA

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE MÁQUINAS, TIPO PÁ CARREGADEIRA E ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, DESTINADOS A ATENDER ÀS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE NARANDIBA, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, SOB REGIME DE HORA/MÁQUINA, CONFORME DEMANDA DO MUNICÍPIO.

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE ESTIMADA	UNIDADE	VALOR DA UNITÁRIO	VALOR TOTAL
2	LOCAÇÃO DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA	300	horas	R\$ 320,00	R\$ 96.000,00

VALOR TOTAL GLOBAL DA ATA - R\$ 96.000,00

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES

DATA DA ASSINATURA: 29/09/2025

---

### EXTRATO DE ATA REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 087/2025

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 035/2025

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE NARANDIBA

CONTRATADO: HEINRICK PAUL BOHM

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA CONFECÇÃO DE UNIFORMES PARA AQUISIÇÃO NAS SOLENIDADES DE FORMATURA, INCLUINDO TÚNICAS TIPO ESTOLA PARA O MUNICÍPIO DE NARANDIBA.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	UNIFORME - para solenidade de formatura escolar, composto de beca e capelo infantil - tecido Oxford	290	R\$ 135,00	R\$ 39.150,00
02	Tunicas - tipo estola para canto coral em tecido City Strech - Tamanhos diversos	50	R\$ 165,00	R\$ 8.250,00
<b>VALOR TOTAL</b>			<b>R\$ 47.400,00</b>	

VALOR TOTAL GLOBAL DA ATA - R\$ 47.400,00

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES

DATA DA ASSINATURA: 24/10/2025



# DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

## MUNICÍPIO DE NARANDIBA – SP

Avenida Marechal Rondon 491 – Centro

Criado a partir da Lei Nº 1555, de 08 de novembro de 2019

Segunda-feira, 10 de novembro de 2025

ANO IV – Edição 879

Documento assinado digitalmente em conformidade com a MP nº 2.200-2, de 2001

### LEI Nº 1712 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2025

**DISPÕE SOBRE: “ESTABELECE AS DIRETRIZES A SEREM OBSERVADAS NA ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DO MUNICÍPIO PARA O EXERCÍCIO DE 2026 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.**

DANILLO CARVALHO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Narandiba, usando das atribuições que me são conferidas por lei, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

#### CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

**Art. 1º** - Ficam estabelecidas as diretrizes para o orçamento municipal de 2026, compreendendo:

- I - As orientações gerais de elaboração e execução;
  - II - As prioridades e metas operacionais;
  - III - As metas de resultado fiscal, em consonância com uma trajetória sustentável para a dívida municipal;
  - IV - As alterações na legislação tributária municipal;
  - V - As disposições relativas à despesa com pessoal;
  - VI - Outras determinações de gestão financeira.
- Parágrafo único – Integram a presente Lei os anexos de metas, de riscos fiscais e o de prioridades operacionais, bem como outros demonstrativos exigidos pelo direito financeiro.

#### CAPÍTULO II DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO

##### Seção I Das Diretrizes Gerais

**Art. 2º** - A proposta orçamentária abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, as Unidades

Orçamentárias representadas pelos setores da administração direta, tendo como diretrizes:

- I - Combater a pobreza, promover a cidadania e a inclusão social;
- II - Buscar maior eficiência arrecadatória;
- III - Oferecer assistência médica, odontológica e ambulatorial à população carente, sobretudo a afetada por surtos epidêmicos;
- IV - Prestar assistência à criança e ao adolescente;
- V - Promover o desenvolvimento econômico do Município;
- VI - Melhorar a infraestrutura urbana.
- VII - Apoiar estudantes carentes na realização do ensino médio e superior;
- VIII - Reestruturar os serviços administrativos;
- IX - Municipalizar todo o ensino fundamental, da primeira à quarta série (se for o caso);

**Art. 3º** - O Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) será elaborado conforme as diretrizes fixadas nesta Lei e as correspondentes normas da Constituição, da Lei Orgânica do Município, da Lei Federal nº 4.320, de 1964 e da Lei de Responsabilidade Fiscal.

§ 1º. A Lei Orçamentária Anual compreenderá:  
I o orçamento fiscal;

II o orçamento de investimento;

III o orçamento da seguridade social.

§ 2º. Os orçamentos; fiscal e da seguridade social discriminarão a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria econômica, grupos de despesa, e modalidade de aplicação, bem como a receita em anexo próprio, conforme o Anexo I, da Portaria Interministerial nº 163, de 2001.

§ 3º. O orçamento fiscal e da seguridade social discriminarão o gasto no mínimo até o elemento de despesa, tal qual determina o artigo 15, da Lei Federal nº 4.320, de 1964.

##### Seção II Das Diretrizes Específicas



# DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

## MUNICÍPIO DE NARANDIBA – SP

Avenida Marechal Rondon 491 – Centro

Criado a partir da Lei Nº 1555, de 08 de novembro de 2019

**Segunda-feira, 10 de novembro de 2025**

**ANO IV – Edição 879**

Documento assinado digitalmente em conformidade com a MP nº 2.200-2, de 2001

**Art. 4º** - A proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2026 obedecerá às seguintes disposições:

I - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de Atividades, Projetos e Operações Especiais, nestas categorias especificamos valores e metas físicas;

II - Desde que tenham o mesmo objetivo operacional, as ações de governo apresentarão igual código, independentemente da unidade orçamentária a que se vinculem;

III - A alocação dos recursos será efetuada de modo a possibilitar o controle de custos e a avaliação dos resultados programáticos;

IV - A estimativa da receita considerará a arrecadação dos três últimos exercícios, as modificações na legislação tributária, bem como a perspectiva de evolução do Produto Interno Bruto (PIB) e da taxa inflacionária para o biênio 2025/2026;

V - As receitas e despesas serão orçadas a preços de julho de 2025;

VI - Novos projetos contarão com dotação apenas se orçamentariamente supridos os que ora se encontram em andamento, e desde que atendidos os gastos de conservação do patrimônio público;

VII – Apresentar o demonstrativo das medidas de compensação à renúncia de receita e as referências ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado, conforme dispõe o § 6º do artigo 165 da Constituição Federal e o Inciso III do artigo 5º da LRF 101/00.

§ Único – Na elaboração da proposta orçamentária, serão atendidos, com prioridade, os programas constantes dos anexos, que fazem parte integrante desta lei, podendo, quando necessário, ser incluídos novos Programas, desde que financiados com recursos próprios ou de outras esferas de governo e haja disponibilidade financeira para sua execução

**Art. 5º** - As unidades orçamentárias da Administração direta e as entidades da

Administração indireta encaminharão ao Departamento de Contabilidade e Orçamento da Prefeitura (ou órgão equivalente) suas propostas parciais até 31 de Julho de 2025.

**Art. 6º** - A Câmara Municipal encaminhará à Prefeitura sua proposta orçamentária até 30 de Agosto de 2025.

**Art. 7º** - Para atender ao art. 4º, parágrafo único, “d”, da Lei Federal 8.069, de 1990, serão destinados não menos que 1,0% (hum por cento) da receita corrente líquida para as despesas de proteção à criança e ao adolescente.

**Art. 8º** - A Lei Orçamentária Anual conterá reserva de contingência para atendimento de passivos contingentes, o equivalente até 1,5% (hum vírgula cinco por cento) da receita corrente líquida, conforme o apresentado no Anexo de Riscos Fiscais, que acompanha a presente Lei.

**Art. 9º** - Além da reserva de contingência prevista no Artigo 8º, o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLLOA) também conterá até o limite de 1,2% da receita corrente líquida apurada no exercício anterior, a Reserva de Contingência com a qual os vereadores indicarão as emendas impositivas de que trata o § 9º, art. 166 da CF, combinado com a emenda na LOM.

**Art. 10** - Até o limite de 10% da despesa inicialmente fixada, fica o Poder Executivo autorizado nos termos da Constituição Federal, a realizar por decreto; **transposições, remanejamentos e transferências de uma mesma categoria** de programação, em decorrência da transferência ou desmembramento de fonte de recursos vinculadas as dotações orçamentárias, bem como de alterações de suas competências ou atribuições, mantida a estrutura programática.

**Parágrafo Primeiro** - A transferência ou o remanejamento de dotações orçamentárias,



# DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

## MUNICÍPIO DE NARANDIBA – SP

Avenida Marechal Rondon 491 – Centro

Criado a partir da Lei Nº 1555, de 08 de novembro de 2019

**Segunda-feira, 10 de novembro de 2025**

**ANO IV – Edição 879**

Documento assinado digitalmente em conformidade com a MP nº 2.200-2, de 2001

previstos no “caput” não serão computados como alteração orçamentária das programações aprovadas na Lei Orçamentária de 2026.

**Parágrafo Segundo** - Para os fins do art. 167, VI, da Constituição, categoria de programação é o mesmo que Atividade, Projeto ou Operação Especial e, na órbita da classificação econômica da despesa, os grupos corrente e de capital.

**Art. 11** - Nos moldes do art. 165, § 8º da Constituição e do art. 7º, I, da Lei 4.320/1964, a lei orçamentária poderá conceder por decreto, no máximo, até 10% para abertura de créditos adicionais suplementares.

**Art. 12** - Os auxílios, subvenções e contribuições estarão submetidos às regras da Lei Federal nº 13.019, de 2014, devendo as entidades pretendentes serem submetidas ao que segue:

- I - Atendimento direto e gratuito ao público;
- II - Certificação junto ao respectivo Conselho Municipal ou Estadual;
- III - Aplicação na atividade-fim de, ao menos, 80% da receita total;
- IV - Compromisso de franquear, na Internet, demonstrativo mensal de uso do recurso municipal transferido, nos moldes da Lei Federal 12.527, de 2011.
- V - Prestação de contas dos recursos anteriormente recebidos, devidamente avalizada pelo controle interno e externo.
- VI - Salário dos dirigentes inferior ao subsídio do Prefeito.

**Parágrafo Único-** O repasse às entidades do terceiro setor será precedido pela lei específica de que trata o artigo 26, da Lei de Responsabilidade Fiscal e por expressa manifestação da Assessoria Jurídica e do Controle Interno da Prefeitura, após visita ao local de atendimento.

**Art. 13** - O Poder Executivo poderá firmar convênios com a União e Estado com vistas à execução do Plano Plurianual e seus programas.

§ Único – O custeio de despesas vinculadas ao repasse de convênios estaduais e federais se realizará nos moldes apresentados em anexo que acompanha esta Lei.

**Art. 14** - As despesas realizadas sob o regime de adiantamento, de representação oficial, de locação de veículos e as relativas a obras aprovadas no orçamento participativo estarão todas destacadas em específica categoria programática, sob denominação que permita sua clara identificação.

**Art. 15** - Até 5 (cinco) dias úteis após o envio à Câmara Municipal, o Poder Executivo publicará, na Internet, o projeto de lei orçamentária, resumindo-o em face dos seguintes agregados:  
I Órgão orçamentário;  
II Função de governo;  
III Grupo de natureza de despesa.

**Art. 16** - A realização de eventos de audiências públicas determinadas no art. 48, parágrafo único, I, da Lei de Responsabilidade Fiscal poderão ser realizadas de forma virtual, em virtude de normas e protocolos da saúde pública pós pandemia em locais de ambiente sem a devida ventilação e arejo.  
**Parágrafo Único** – A transmissão de eventos dessa natureza, poderão ser veiculadas no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal, contando com a participação popular, mediante sugestões e indicações de forma eletrônica por municípios devidamente identificados.

**Art. 17** – Ficam proibidas as seguintes despesas:  
I - Promoção pessoal de autoridades e servidores públicos;  
III - Pagamento, a qualquer título, a empresas privadas que tenham em seu quadro societário agente político ou servidor municipal em atividade;  
V - Ajuda financeira a clubes e associações de servidores;  
VI - Pagamento de salários, subsídios, proventos e pensões maiores que o subsídio do Prefeito;



# DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

## MUNICÍPIO DE NARANDIBA – SP

Avenida Marechal Rondon 491 – Centro

Criado a partir da Lei Nº 1555, de 08 de novembro de 2019

Segunda-feira, 10 de novembro de 2025

ANO IV – Edição 879

Documento assinado digitalmente em conformidade com a MP nº 2.200-2, de 2001

- VII - Pagamento de horas extras a ocupantes de cargos em comissão;
- VIII - Pagamento de sessões extraordinárias aos vereadores;
- IX - Pagamento de verbas de gabinete aos vereadores;
- X - Distribuição de agendas, chaveiros, buquês de flores, cartões e outros brindes;
- XI - Pagamento de anuidade de servidores em conselhos profissionais como OAB, CREA, CRC, entre outros;
- XII - Custeio de pesquisas de opinião pública.

### Seção III Da Execução do Orçamento

**Art. 18** - Até trinta dias após a publicação da lei orçamentária anual, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma mensal de desembolso.

§ 1º. As receitas serão desdobradas em metas bimestrais, enquanto os desembolsos financeiros se apresentarão sob metas mensais.

§ 2º. A programação financeira e o cronograma de desembolso poderão ser modificados segundo o comportamento da execução orçamentária.

§ 3º. A programação financeira e o cronograma de desembolso compreendem o Poder Legislativo e o Poder Executivo, neste incluídas as autarquias, fundações e empresas dependentes do Tesouro Municipal.

**Art. 19** - Caso haja frustração da receita prevista e, comprometimento dos esperados resultados fiscais, será determinada a limitação de empenho e da movimentação financeira.

§ 1º. A restrição do caput será proporcional à participação dos Poderes Executivo e Legislativo no total das verbas orçamentárias;

§ 2º. Da restrição serão excluídas as despesas alusivas às obrigações constitucionais e legais do

Município, bem como as contrapartidas requeridas em convênios firmados com a União e o Estado.

§ 3º. A limitação de empenho e da movimentação financeira será ordenada pelos Chefes do Poder Legislativo e Executivo, dando-se, respectivamente, por Ato da Mesa e Decreto.

**Art. 20** - Por força do Artigo 167-A da Constituição Federal combinado com a EC 109, num período de 12 (doze) meses, a despesa corrente ultrapasse 95% (noventa e cinco por cento) da receita corrente, os Poderes Executivo e Legislativo, enquanto persistir essa proporção orçamentária, poderão proibir:

I- Concessão, a qualquer título, de vantagens salariais, aumento, reajuste ou adequação remuneratória, exceto os derivados de sentença judicial ou de lei municipal anterior;

II- Criação de cargo, emprego ou função que implique aumento de despesa;

III - Alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;

IV - Admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, ressalvadas:

a) as reposições de cargos de chefia e de direção que não acarretem aumento de despesa;

b) as reposições decorrentes de vacâncias de cargos efetivos;

c) as contratações temporárias de que trata o inciso IX do caput do art. 37 da Constituição;

V - Realização de concurso público, exceto para as reposições de vacâncias previstas no inciso IV;

VI - Criação de despesa obrigatória de caráter continuado;

VII – Reajuste de despesa obrigatória acima da inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-E);

VIII- Concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária.

**Art. 21** - Para isenção dos procedimentos requeridos no art. 16, da Lei de Responsabilidade Fiscal, considera-se irrelevante a despesa que não



# DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

## MUNICÍPIO DE NARANDIBA – SP

Avenida Marechal Rondon 491 – Centro

Criado a partir da Lei Nº 1555, de 08 de novembro de 2019

Segunda-feira, 10 de novembro de 2025

ANO IV – Edição 879

Documento assinado digitalmente em conformidade com a MP nº 2.200-2, de 2001

ultrapasse os limites do art. 24, I e II, da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

**Art. 22** - Os atos de concessão ou ampliação de incentivo ou benefício tributário que importem em renúncia de receita obedecerão às disposições do art. 14, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Parágrafo único. Excluem-se os atos relativos ao cancelamento de créditos inferiores aos custos de cobrança, bem como o desconto para pagamento à vista do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), desde que os respectivos valores tenham composto a estimativa da receita orçamentária.

**Art. 23** – Os recursos do Fundo da Educação Básica (Fundeb) só poderão ser recepcionados e movimentados numa única conta mantida no Banco do Brasil ou na Caixa Econômica Federal, vedada sua transferência para qualquer outra conta bancária.

### CAPÍTULO III DAS PRIORIDADES E METAS

**Art. 24** - As metas e as prioridades para 2026 são as especificadas nos Anexos abaixo elencados e que integram esta lei.

Tabela I – Metas Anuais;

Tabela II – Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício anterior;

Tabela III – Metas Fiscais atuais comparadas com as Metas Fiscais fixadas nos três exercícios anteriores;

Tabela IV – Evolução do Patrimônio Líquido;

Tabela V – Origem e Aplicação dos Recursos obtidos com a Alienação de Ativos;

Tabela VI – Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita; e

Tabela VII – Margem e Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter continuado

### CAPÍTULO IV DAS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

**Art. 25** - O Poder Executivo poderá encaminhar projetos de lei dispendo sobre alterações na legislação tributária, especialmente sobre:

I - Revisão e atualização do Código Tributário Municipal;

II - Revogação das isenções tributárias que contrariem o interesse público e a justiça fiscal;

III - Revisão das taxas, adequando-as ao custo dos serviços por elas custeados;

IV - Atualização da Planta Genérica de Valores conforme a realidade do mercado imobiliário;

V - Aperfeiçoamento do sistema de fiscalização, cobrança, execução fiscal e arrecadação de tributos;

VI - Municipalização da cobrança do Imposto Territorial Rural (ITR);

VIII – Arrecadação de receitas destinadas aos fundos municipais que forem constituídos legalmente.

### CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS A DESPESAS COM PESSOAL

**Art. 26** - O Poder Executivo poderá encaminhar projetos de lei referentes ao servidor público, o que alcança:

I - Revisão ou aumento na remuneração;

II - Concessão de adicionais e gratificações;

III - Criação e extinção de cargos;

IV - Revisão do plano de cargos, carreiras e salários, objetivando a melhoria do serviço público.

Parágrafo único – Os procedimentos autorizados neste artigo dependerão do necessário saldo na respectiva dotação orçamentária, obedecidas as restrições apresentadas no artigo 21 desta lei de diretrizes orçamentárias.

**Art. 27** - Na hipótese de superação do limite prudencial de que trata o art. 22 da Lei Federal nº 101, de 2000, a convocação para horas extras



# DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

## MUNICÍPIO DE NARANDIBA – SP

Avenida Marechal Rondon 491 – Centro

Criado a partir da Lei Nº 1555, de 08 de novembro de 2019

**Segunda-feira, 10 de novembro de 2025**

**ANO IV – Edição 879**

Documento assinado digitalmente em conformidade com a MP nº 2.200-2, de 2001

ocorrerá somente em casos de calamidade pública, após a edição do respectivo decreto municipal.

### CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

**Art. 28** - Os repasses mensais ao Poder Legislativo serão realizados segundo o cronograma de desembolso de que trata o art. 19 desta Lei, respeitado o limite do art. 29-A da Constituição.  
§ 1º. Caso o orçamento legislativo supere o limite referido no caput, fica o Poder Executivo autorizado ao corte do excesso, não sem antes a oitiva da Mesa Diretora da Câmara quanto às despesas que serão afastadas.

**Art. 29** – Na aprovação da indicação das emendas individuais impositivas ao orçamento, conforme o art. 166, §§ 9º a 12, da CF/88 (com aplicação aos Municípios pela EC 86/2015 e pela EC 100/2019), combinado com a emenda na LOM, deverá o Plenário da Câmara Municipal de Vereadores observar e atender o que segue;

I – Compatibilidade com as peças de planejamento (PPA/LDO/LOA), bem como os projetos enunciados no anexo de metas e prioridades da presente lei, incluindo na compatibilidade o valor da emenda em pecúnia a qual deverá cobrir totalmente as despesas à serem consignadas, caso contrário, será enquadrada como o Inviabilidade Técnica;

II – O total das emendas impositivas é de até 1,2% da Receita Corrente Líquida do exercício de 2024;

III – No mínimo 50% do total das emendas impositivas, deverá atender ao financiamento das ações e serviços da saúde;

IV – No autógrafo da lei orçamentária (LOA), a Câmara Municipal demonstrará, em anexo próprio, as emendas individuais impositivas, endereçamento orçamentário e a respectiva fonte de custeio;

V – Cada Vereador poderá apresentar emendas até o limite financeiro correspondente à divisão proporcional do montante previsto no inciso II;  
VI - não serão admitidas emendas que:  
a) criem novas despesas de pessoal ou encargos sociais de caráter continuado;  
b) alterem despesas obrigatórias de caráter constitucional ou legal;  
c) indiquem entidades privadas em desacordo com a legislação vigente;

VII – a execução das emendas observará a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, podendo ser condicionada à disponibilidade de caixa;

VIII – as emendas que destinarem recursos a entidades privadas sem fins lucrativos dependerão da comprovação de regularidade jurídica, fiscal e contábil da entidade, nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014 e legislação correlata;

IX – caberá ao Poder Executivo a definição da modalidade de aplicação e da unidade orçamentária responsável pela execução, respeitada a finalidade indicada pelo autor da emenda.

§ 1º. A execução obrigatória das emendas de que trata este artigo ficará condicionada à efetiva arrecadação da receita prevista, nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

§ 2º. Na hipótese de impedimento de ordem técnica ou legal para execução da programação orçamentária, o Poder Executivo deverá comunicar e justificar ao Poder Legislativo, no prazo de até 120 (cento e vinte) dias, contado da publicação da Lei Orçamentária Anual, possibilitando a escolha de remanejamento pelo autor da emenda.

§ 3º. Não havendo manifestação do autor no prazo de 30 (trinta) dias, o Executivo poderá remanejar os recursos para outras ações de mesma área temática, priorizando a área da saúde.

**Art. 30** – Fica vedado à Prefeitura repassar valores a fundos vinculados à Câmara Municipal.



# DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

## MUNICÍPIO DE NARANDIBA – SP

Avenida Marechal Rondon 491 – Centro

Criado a partir da Lei Nº 1555, de 08 de novembro de 2019

**Segunda-feira, 10 de novembro de 2025**

**ANO IV – Edição 879**

Documento assinado digitalmente em conformidade com a MP nº 2.200-2, de 2001

**Art. 31** - Os projetos de lei de créditos adicionais serão apresentados sob o detalhamento estabelecido na Lei Orçamentária Anual.

Parágrafo único. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais do Poder Legislativo serão encaminhados à Câmara Municipal no prazo de até trinta dias, a contar da data do pedido feito à Prefeitura.

**Art. 32** - Caso o projeto de lei orçamentária não seja devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa, a sua programação será executada, a cada mês, na proporção de até 1/12 do total da despesa orçada.

**Art. 33** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal “Arnaldo Ruiz”, 05 de Novembro de 2025.

DANILLO CARVALHO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado na Secretaria Municipal,  
na mesma data.

TASSIANE AYUMI NISHIMURA OLIVEIRA  
Chefe de Gabinete

### LEI COMPLEMENTAR Nº 37 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2025

**DISPÕE SOBRE:** “Altera dispositivos da Lei complementar nº 01/2006, e dá outras providências”

**DANILLO CARVALHO DOS SANTOS**, Prefeito Municipal de Narandiba, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, **FAZ SABER** que a Câmara Municipal de Narandiba, aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Fica alterada a TABELA I prevista no artigo 105 da Lei Complementar nº 01/2006 de 27 de dezembro de 2006, que passa a vigorar com as alterações constantes no Anexo I desta Lei.

**Art. 2º** - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal “Arnaldo Ruiz”, 05 de Novembro de 2025.

DANILLO CARVALHO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado na Secretaria Municipal,  
na mesma data.

TASSIANE AYUMI NISHIMURA OLIVEIRA  
Chefe de Gabinete